



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 3 - Formação e identidade profissional

Modalidade: trabalho completo

O patrimônio e o papel do bibliotecário: Um estudo sobre a Educação Patrimonial e o bibliotecário como agente decisivo

Heritage and the role of the librarian: A study on Heritage Education and the librarian as a decisive agent

Márcia Ivo Braz – Universidade Federal de Pernambuco (UEPE)

Ana Beatriz Rodrigues de Lima

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a responsabilidade do bibliotecário relativa ao patrimônio cultural e a memória social, e validar a importância do bibliotecário não só como protetor e gestor desse patrimônio, mas também, como um profissional capaz de passar seus conhecimentos ao usuário e assim capacitá-los social e culturalmente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. Foram debatidos o processo do tombamento e sua natureza jurídica, o patrimônio cultural bibliográfico e a Sociedade, o perfil do bibliotecário como protetor do bem tombado e agente disseminador da informação, assim como a sua responsabilidade ética e social na educação patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Educação patrimonial. Atuação do bibliotecário.

Abstract: The objective of this work is to analyze the librarian's responsibility regarding cultural heritage and social memory, and validate the importance of the librarian not only as a protector and manager of this heritage, but also as a professional capable of passing on his knowledge to the user and thus empowering them socially and culturally. This is a bibliographical research of an exploratory nature. The listing process and its legal nature, bibliographic cultural heritage and Society, the librarian's profile as a protector of listed property and an agent for disseminating information, as well as their ethical and social responsibility in heritage education were debated.

Keywords: Cultural heritage. Heritage education. Librarian's role.



1 INTRODUÇÃO

Qualquer bem considerado patrimonial pode ser tombado sob a condição de que o órgão público possuinte do objeto ou obra esteja apto a atribuir o seu reconhecimento e importância. Em âmbito federal, o tombamento é estabelecido através do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, esse Decreto é de extrema relevância, pois é responsável pela proteção do nosso patrimônio cultural. O Decreto define que o patrimônio cultural é um conjunto de bens existentes no país e que a conservação e preservação são de interesse público (Brasil, 1937).

No presente trabalho, partimos do princípio de que o tombamento é julgado como Decreto de posse e propriedade, que é o domínio físico, o ato de ter o poder da “coisa” como dono. Uma obra literária, documentos e outros são materiais corpóreos que possuem valor econômico, por isso possui direitos, que no direito civil é possível discriminar como direito das coisas, regulamentando a relação do homem e da “coisa”. Ter direito sobre algo é relativo principalmente quando se trata de um objeto.

Busca-se aqui, como objetivo, analisar a responsabilidade do bibliotecário relativa ao patrimônio cultural e a memória social, e validar a importância do bibliotecário não só como protetor e gestor desse patrimônio, mas também, como um profissional capaz de passar seus conhecimentos ao usuário e assim capacitá-los social e culturalmente. O profissional da informação possui conhecimento sobre o acervo o qual é de sua responsabilidade, portanto é capacitado para partilhar e educar o usuário sobre a importância e o valor desses bens patrimoniais.

O presente trabalho se configura como uma pesquisa exploratória, conforme Gil (2008), cuja configuração da abordagem da pesquisa é qualitativa. Quanto aos meios a pesquisa, constitui-se como bibliográfica e documental uma vez que toda a pesquisa foi realizada por meio de material já publicado. Foram utilizados portais digitais de periódicos como fonte de informação, além da BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação) e Google Acadêmico, que foi utilizada como fonte de pesquisa, uma vez que subsidia trabalhos específicos em Ciência da Informação.

As etapas da pesquisa foram as seguintes:

Etapa 1: Preparação do projeto com uma pesquisa bibliográfica para que a proposta possuísse um embasamento teórico e válido. É uma pesquisa exploratória,



que através da análise bibliográfica apurou-se algumas das condutas atuais dos profissionais e a necessidade do profissional na preservação e disseminação da memória e do patrimônio.

Etapa 2: Conclusão da coleta informacional sobre o Tombamento, com o intuito de entender o tombamento e o objeto tombado e relacionar o agente disseminador da informação (Bibliotecário) como protetor da memória.

Etapa 3: Foi realizada a análise documental e coleta de informações que caracterizam o perfil profissional do bibliotecário como protetor das obras tombadas pela instituição pública.

Etapa 4: Após a coleta informacional, foi realizada uma análise sobre a educação patrimonial e o bibliotecário na realização dessa função profissional.

2 A NATUREZA JURÍDICA DO TOMBAMENTO

A expressão Tombamento teve origem em Portugal, o tombo era um local instalado em uma das torres que protegem a cidade de Lisboa, neste local eram guardados os livros e documentos de registo especiais. A etimologia da palavra tombo é originária da palavra registro, e a ação de tombar algo ou alguma coisa, é vista como o ato de registrar bens e documentos. Quando uma obra ou documento é tombado, tem como significado que aquele objeto está sobre tutela de uma instituição pública, e logo o documento se torna patrimônio da instituição que a possui.

O tombamento é um instrumento jurídico, que de acordo com Rodrigues (2003), tem como objetivo principal preservar os bens culturais formadores do patrimônio cultural, foi instalado no ano de 1937, conceito que passou, adiante, a estar presente na Constituição federal de 1988 (Brasil, 1988), quando passou a ser prevista na Constituição a proteção das memórias, cujo art. 215 determina que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. É de grande importância considerar que o tombamento proporciona a conservação do patrimônio sendo por motivação cultural, artística, arqueológica, científica, entre outras, portanto que possua uma justificativa lógica e incontestável para que aquele



bem seja protegido e por fim considerado patrimônio de uma instituição ou órgão governamental.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atua em conjunto com o Ministério de Turismo com objetivo de preservar o patrimônio cultural brasileiro e disseminar informações contidas nos patrimônios materiais e imateriais. O tombamento é um dos primeiros instrumentos legais de reconhecimento e proteção do patrimônio utilizado pelo IPHAN, desde sua criação em 1937. O instrumento de tombamento é cânone para a realização do processo de proteção patrimonial.

Qualquer uma das três esferas políticas ao tomar obras literárias deve se preocupar com a forma de tratamento de tais patrimônios, levando em consideração a preservação e a forma de uso de tal obra, considerando que no caso dos bens bibliográficos a mediação do patrimônio é de extrema importância para que tal não perca seu real significado como documento informacional. Quando tratamos de patrimônio bibliográfico estamos trabalhando com uma obra que possui uma finalidade específica, o documento informacional tem como seu objetivo principal a disseminação de conteúdo capaz de gerar conhecimento. Não pode ser só priorizada a preservação do patrimônio no caso do documento bibliográfico, uma vez que o propósito principal da obra é compartilhar o conteúdo informacional, se não esse patrimônio pode ser descaracterizado pelo ato de tombamento.

3 O PATRIMÔNIO CULTURAL BIBLIOGRÁFICO E A SOCIEDADE

Em meados de 1500 a 1808, o Brasil foi colônia da corte portuguesa, nesse período foi proibida a criação, publicação e circulação de documentos informacionais impressos, com o objetivo de que a informação fosse adquirida só por um grupo mais seleto da sociedade brasileira formados por pessoas do alto clero, em sua grande maioria, homens ricos a serviço da coroa portuguesa.

Após esses longos anos, surgiram os primeiros incentivos da corte e do clero à criação do primeiro jornal e em seguida de bibliotecas no país, em meados de 1808 a 1889, com a instalação da corte no estado do Rio de Janeiro, nesse período de mudança na sociedade surgiu a Imprensa Régia e a Real Biblioteca. A Imprensa Régia foi criada em 13 de maio de 1808, no dia do aniversário de D. João, o príncipe regente,



o jornal conquistou a licença de impressão e divulgação de conteúdos informacionais, porém todas as suas publicações tinham que ser aprovadas pela corte uma vez que foi permitida a criação do jornal para enaltecer a Casa de Bragança, a família real regente no período monárquico.

Durante o início do período republicano no país ocorreram grandes mudanças informacionais, uma vez que foi priorizada a educação de massa e a disseminação da informação através da criação de estabelecimentos editoriais e bibliotecas públicas. O período republicano foi o marco zero para a chegada do regime ditatorial, também conhecido como Estado Novo, os anos de 1930 a 1945 são referência quando se trata da valorização da memória nacional, onde houveram vários esforços para localizar e recuperar (reconstruir) os primeiros registros impressos sobre o Brasil, com o intuito de reescrever a história da sociedade, realizar pesquisas científicas, antropológicas e por fim reconhecer as nossas tradições e culturas.

Para que uma sociedade compreenda a sua identidade, é necessário conhecer suas memórias, e os documentos e obras literárias são portadores dessas memórias. O estudo do patrimônio cultural incentiva a valorização dos bens culturais materiais ou imateriais de uma comunidade, uma vez que possui grande significado para a construção histórica de um determinado grupo social. Alguns acervos possuem obras literárias de valor histórico inestimável para o homem e suas memórias, capazes de embasar e explicar a realidade contemporânea de uma determinada sociedade.

A memória coletiva que é atribuída ao patrimônio cultural e serve para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade”. (Pollak apud Tomaz, 2010, p. 2). A valorização, preservação e conservação do patrimônio bibliográfico deixado por nossos antepassados é um dever não só do bibliotecário, mas também do homem para proteger e preservar suas memórias.

Há necessidade de capacitação de profissionais da informação para atuar no cenário de integração social da comunidade nas demandas patrimoniais, para que assim o patrimônio obtenha seu devido valor sendo ele informacional, cultural, de memória, entre outros. O incentivo a valorização da memória coletiva deve ser idealizada desde o currículo obrigatório de profissionais gestores de informação como



bibliotecários, arquivistas, museólogos e outros perfis de profissionais da informação inseridos no cenário multidisciplinar de atuação.

4 O BIBLIOTECÁRIO E SUA ATUAÇÃO COMO PROTETOR DO BEM TOMBADO

Com as novas tecnologias, a forma de gestão do acervo também vem se modificando, pois, com a ajuda das máquinas e dos *softwares*, o controle do acervo pode ser feito através de setores descentralizados com profissionais que não são da área da Biblioteconomia e que não compreendem o valor das obras e dos registros entre outros elementos que só o profissional da informação é capaz de observar. A Biblioteconomia é uma ciência em construção, que possibilita ao profissional a interação com várias outras áreas e isso proporciona aos bibliotecários novas vertentes profissionais, nessa multidisciplinaridade o bibliotecário tem grande autonomia e com isso pode atuar com aquilo que se identificar.

Mesmo que em alguns casos a educação patrimonial não faça parte da grade curricular do curso de Bacharelado em Biblioteconomia de forma direta, o profissional possui liberdade de inovação na sua área de atuação uma vez que esse profissional da Ciência da Informação está constantemente em processo de construções e criação de novos paradigmas profissionais, que evidencia a necessidade dos mesmos estarem aptos aos seus deveres de gestor do patrimônio, que inclui preservar, conservar e disseminar as informações contidas nesses bens, o bibliotecário detém o poder de tutorar as obras raras, com grande valor social e cultural.

Algumas Bibliotecas e Arquivos Públicos ainda na atualidade são vistos como guardiões de memórias, muitos deles contém bibliografia patrimonial e por isso acabam sendo vistas como instituições de guarda e preservação dos registros documentais. O tombamento dessas unidades de informação acaba afetando na disseminação da informação, uma vez que, as obras que estiverem contidas naquela instituição passam a ser parte do patrimônio cultural material móvel ou imóvel. Neste caso, o processo de salvaguarda afeta a função social da biblioteca tombada, assim, solicita-se que os bibliotecários invistam na sua capacitação como educador patrimonial, uma vez que há demanda no mercado e poucos profissionais da área capacitados para exercer essa responsabilidade social.



É dever das Universidades capacitar os profissionais para atender as oportunidades que o mercado profissional oferece. Através de uma formação qualificada e abrangente, o bibliotecário atenderá todos os setores da sociedade, visando à comunidade e a disseminação informacional que é capaz de auxiliar no desenvolvimento cultural, social, político e econômico da nação e por consequência engajar os usuários e a sociedade a serem idealizadores culturais e preservadores do patrimônio, seja ele: intelectual, material, imaterial, cultural e outros.

Os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia devem incluir o profissional capacitado e multidisciplinar no mercado de trabalho que atue a partir de quatro princípios básicos: Produtor de Conhecimentos, Organizador de Conhecimentos, Disseminador de Conhecimentos e Gestor de Construção de Conhecimentos. A falta de educação sociocultural corporizada de forma explícita em disciplinas e linhas de pesquisa no Brasil evidencia a necessidade de currículos com características humanísticas que visem a disseminação das riquezas do patrimônio capaz de proporcionar valorização e evolução cultural.

A atuação do bibliotecário como educador do patrimônio cultural informacional se enquadra de forma inerente no cenário profissional, com ação cultural e social, com objetivo de proporcionar conhecimento de forma interventiva. A atuação do bibliotecário como disseminador e educador patrimonial contribuem para o estado de conhecimento do indivíduo e, por consequência, na produção e geração de informação.

Ser bibliotecário é conhecer o acervo, ser capaz de proporcionar informação e gerar conhecimento, esse profissional não só possui conhecimentos técnicos, mas também detém conhecimento informacional dos seus documentos e é apto a atribuir ao público tais informações e por sua vez gerar novos conhecimentos. Um dos paradigmas atuais do profissional Bibliotecário é a disseminação da informação, o bibliotecário atua em multidisciplinas, como afirma Carter (2004), o bibliotecário é um educador patrimonial, e tem o dever de informar aos usuários e a sociedade o valor do patrimônio cultural visando seus próprios instrumentos de trabalho como parte desse patrimônio, tanto a biblioteca em si quanto as obras e memórias contidas naquela unidade informacional.



O bibliotecário não é mais um profissional voltado majoritariamente às questões técnicas, além dessas características o profissional hoje atua como mediador cultural, curador e outras funções, tendo conhecimento do patrimônio histórico e cultural que está sob sua posse. A mediação e educação cultural são pontos importantes para serem trabalhados por profissionais da área da informação que atuam em instituições patrimoniais.

5 O BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE DISSEMINADOR DA INFORMAÇÃO E SUA RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL

Princípios éticos e responsabilidade social são temas bem atuais que têm por objetivo estabelecer os deveres e formas de conduta ética e moral. O profissional da informação como mediador tem a responsabilidade de tornar-se mais participativo na sociedade e influencia-los a estimar as instituições, seus patrimônios e a sociedade em geral. Hoje o bibliotecário vive em uma Sociedade da Informação instantânea, os avanços tecnológicos e a globalização auxiliam na propagação de informações, esses profissionais são responsáveis por desenvolver ações educativas com objetivo de facilitar o acesso e a geração de conhecimento.

O profissional da informação tem a responsabilidade de realizar difusão cultural e assim incluir a sociedade e o governo na responsabilidade por obras e objetos que fazem parte da memória. Através desse método de mediação, o bibliotecário unifica a informação e a sociedade, incitando a preservar do material bibliográfico cultural. Ao agregar valor de memória a tais bens a comunidade criará apego sentimental a livros, documentos e outros patrimônios sejam eles materiais ou imateriais.

O bibliotecário é um agente que responde por acervos diversos e em várias áreas do conhecimento, é um profissional capacitado para gerenciar, proteger, ordenar, preservar e exercer muitas outras práticas com relação à informação e sua disseminação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022) o percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação no que tange a presença de instituições como bibliotecas públicas, museus e arquivos /centro de documentação oscilou positivamente, conforme a Figura 1:



Figura 1: percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação

IBGE Perfil dos Municípios Brasileiros 2021

Tabela 2 - Percentual de Municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação, segundo o tipo - Brasil - 1999/2021

Tipo	Percentual de Municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação (%)									
	1999	2001	2005	2006	2009	2012	2014	2018	2021	
Jornal impresso local	36,8	35,5	28,2	22,9	
Revista impressa local	7,7	11,8	10,5	8,2	
Rádio AM local	20,2	20,6	21,7	21,2	21,3	21,7	23,4	18,1	14,1	
Rádio FM local	33,9	38,2	51,3	34,3	35,1	38,3	46,9	43,5	42,6	
Rádio comunitária	48,6	52,6	59,3	64,1	56,9	54,6	
TV comunitária	2,3	3,5	4,4	5,1	
Geradora de TV	9,1	8,4	10,7	9,6	10,9	11,6	12,1	7,4	6,5	
Provedor de Internet	16,4	22,7	46,0	45,6	55,6	57,4	65,5	58,0	59,9	
TV a cabo	6,7	
TV aberta	98,3	95,2	99,9	
Biblioteca pública	76,3	78,7	85,0	89,1	93,2	97,0	97,1	87,7	88,3	
Museu	15,5	17,3	20,5	21,9	23,3	25,0	27,2	25,9	29,6	
Teatro ou sala de espetáculo	13,7	18,8	20,9	21,2	21,1	22,4	23,4	20,6	23,3	
Centro cultural (1)	24,8	29,6	33,9	37,0	31,2	39,8	
Arquivo público e/ou centro de documentação	18,0	21,7	18,2	23,9	
Estádio e/ou ginásio poliesportivo	65,0	75,9	77,4	82,4	86,7	89,4	91,5	82,1	94,5	

Fonte: IBGE (2022, p. 52)

Descrição: Tabela listando tipologias de equipamentos culturais e o percentual de municípios que os mantém, entre os anos de 1999 a 2021

É pertinente que ações e desenvolvimento de projetos visem a atingir a educação patrimonial na sociedade brasileira de forma mais abrangente e perpetuada. Os dados abordados pelo IBGE acerca do percentual de municípios com equipamentos culturais trazem à tona a necessidade de garantir também o espaço de atuação dos profissionais habilitados para exercer essa função de disseminação cultural e educador patrimonial no mercado.

6 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A BIBLIOTECONOMIA

Como uma ciência em constante construção, a Biblioteconomia tem uma gama de vertentes de atuação no mercado, deve esse perito ser proativo uma vez que estará em buscar de se firmar e inovar no campo profissional, principalmente nos tempos atuais onde ele se depara com um cenário informacional imediatista e, por vezes, trivial.

Com o acesso instantâneo à informação, grandes mudanças ocorreram na sociedade uma delas é a desvalorização cultural dos documentos bibliográficos



patrimoniais e das memórias a eles atribuídas, tais bens são capazes de gerar valores, informação e pertencimento ao indivíduo. Carter (2004) afirma que exercer a Biblioteconomia desafia o profissional da informação devido aos incontáveis campos de atuação onde o mesmo pode estar inserido, e muitas vezes esse profissional acaba se deparando com situações inesperadas e necessita buscar especialização e outras formas de capacitação, tendo em vista demandas do mercado de trabalho. Como o curso tem caráter multidisciplinar, a grade curricular da graduação não consegue abranger de forma específica todos os campos de atuação ofertados pelo mercado de trabalho demandado para esses profissionais.

Segundo Oriá (2001), o processo educativo social do patrimônio visa desenvolver sensibilidade e consciência dos educados, da comunidade e, por consequência, da sociedade sobre a importância da preservação desses bens culturais e de memória para o crescimento do ser humano. A Educação Patrimonial é um processo interdisciplinar que tem como objetivo tratar e atender as demandas do patrimônio cultural, além de proporcionar ao homem o autoconhecimento através da cultura, memória e do pertencimento.

Scifoni (2022, não paginado) observa que

No Brasil, desde 2006, vem sendo construída coletivamente uma nova forma de ver e fazer educação patrimonial, a partir da renovação ocorrida no órgão federal de patrimônio, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a entrada de novos servidores públicos, os quais transformaram o pensamento sobre esse campo. Eventos organizados pelo setor educativo do órgão, como seminários, fóruns de discussão e oficinas, fizeram convergir esforços para essa construção coletiva de uma nova pedagogia do patrimônio.

Assim os papéis comuns do bibliotecário durante o exercer de sua função já agregam a função de educador patrimonial, atuação junto a acervos, como preservação e conservação de documentos, e contribui para a conscientização do usuário, gerando por fim, de forma indireta a responsabilidade com o patrimônio cultural no cidadão/usuário. Entre outras atividades realizadas no exercício da função, como apresentação básica do acervo, ações culturais são práticas essenciais na atuação com os bens patrimoniais bibliográficos.

Por isso, se torna indispensável que instituições de ensino proporcionem essa diretriz do conhecimento para seus graduandos, desenvolvendo áreas de concentração e linhas de pesquisa especificamente voltadas para a atuação com memória,



patrimônio e cultura o que acarreta em novos perfis profissionais e inova o cenário de atuação do bibliotecário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos devem ter direito à Educação Patrimonial, a participar ativamente na vida cultural e desfrutar da informação contida nesses bens, educar a comunidade é colaborar para o desenvolvimento da sociedade. A valorização do patrimônio cultural bibliográfico é de suma importância social. A inclusão da comunidade para com esses documentos é imprescindível, só assim a implementação da cultura de proteção e conservação dos bens culturais pode se disseminar.

Cabe ao bibliotecário como protetor desses documentos culturais mediar, inserir e instruir a comunidade. É através dessa extroversão que o profissional da área de informação protege e preserva os materiais sob sua custódia, é necessário que a comunidade compreenda que esses bens são parte de suas memórias histórias e até mesmo afetivo para que assim eles atribuam aos materiais seu devido valor e criem o desejo de preservá-los juntamente ao profissional da informação responsável pelo acervo. Vimos no presente trabalho que o tombamento é uma forma de proteção do bem patrimonial que assegura a proteção física e cultural do patrimônio. O bibliotecário como possuidor do bem, tem o dever de proteger as características informacionais da obra. Ao longo do projeto foi observada a falta de embasamento nas propriedades do tombamento para com o patrimônio bibliográfico informacional, possuem grande vigilância e intervenção do IPHAN os objetos tombados de caráter arquitetônico e arqueológico.

Com a promulgação da Constituição de 1988, vimos a valorização do patrimônio bibliográfico cultural, a exemplo das Obras Raras. Com a salvaguarda desse patrimônio informacional em alta, surge também a imediata valorização do profissional bibliotecário e a preocupação de capacitá-lo para o mercado, onde as novas necessidades do mercado proporcionaram novos paradigmas de atuação para este profissional da informação. A disseminação da informação é o foco do profissional nesse século informacional, visando a qualidade e a absorção de conhecimento, que pode gerar mais produção informacional.



Observou-se que o profissional bibliotecário como educador patrimonial é uma área de atuação com grandes oportunidades. Sugere-se através desse trabalho que seja implantado no perfil curricular desses profissionais disciplinas específicas para viabilizar e oficializar que o bibliotecário é um profissional que atua diretamente com a disseminação do patrimônio cultural bibliográfico e conscientização da comunidade sobre a relevância dos bens patrimoniais informacionais.

Da mesma forma, como sugestão de trabalhos e pesquisas futuras sugere-se a avaliação do currículo de bacharelado dos cursos de Biblioteconomia, estimulando a implantação de ações específicas capazes de validar oficialmente a atuação do bibliotecário como educador patrimonial e, por fim, benefícios que seriam gerados na sociedade e na valorização cultural por consequência da memória atribuída aos bens patrimoniais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del0025.htm Acesso em: 12 de maio 2024.

CARTER, Karin Kreismann. Educação Patrimonial e Biblioteconomia: uma interação inadiável. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 31-52, jul./ dez. 2004. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/11/pdf_584223b2f7_0013010.pdf Acesso em: 08, nov de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101985.pdf> Acesso em 22 maio 2024.

ORIÁ, Ricardo. Educação Patrimonial: conhecer para preservar. 2001. Disponível em <http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp> Acesso em: 09 mar. 2017.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Breve estudo sobre a natureza jurídica do tombamento. **Revista Pensar**, Fortaleza, v.8, n.8, p. 32-38, fev. 2003. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/735> Acesso em 01 abr. 2024.



SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-13, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/> Acesso em 28 jun. 2024.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix** (UFU Online), v. 07, p. 02, 2010. Disponível, em:

<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260> Acesso em 14 abr. 2024.